



O ENFOQUE AGROECOLÓGICO COMO BASE PARA A AÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO PRODUTIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES

AGROECOLOGICAL APPROACH AS A BASIS FOR ACTION IN PUBLIC POLICIES FOR PRODUCTIVE INCLUSION OF FAMILY FARMERS

Edson Diogo Tavares¹; Tereza Cristina de Oliveira¹; Fernando Fleury Curado¹;
Amaury da Silva dos Santos¹; Johny de Jesus Mendonça²

¹Embrapa - Aracaju - SE; ²UFS - São Cristóvão - SE

Resumo

O objetivo desse artigo é analisar o uso do enfoque agroecológico numa política pública de inclusão produtiva de agricultores familiares, o Plano Brasil Sem Miséria. O trabalho está sendo realizado em dois Territórios da Cidadania do Semiárido Brasileiro, o Alto Sertão de Sergipe e o Agreste Alagoano. As ações começaram em 2012 e visam elevar e diversificar a produção de alimentos das comunidades para aumentar a segurança alimentar e a renda. A análise da situação das famílias foi realizada de forma sistêmica avaliando os sistemas de produção e outras dimensões da realidade. As inovações tecnológicas foram definidas com as famílias a partir da sua experiência e das potencialidades locais. Verifica-se, nas ações de caracterização socioeconômica e ambiental que a abordagem agroecológica valoriza o conhecimento tradicional e as experiências dos técnicos e agricultores familiares. Estão previstas a experimentação participativa, a troca de experiências e a formação de redes.

Palavras-chave: políticas públicas; agricultura familiar; agroecologia; desenvolvimento rural

Abstract

The goal of this article is to analyze the adoption of an agroecological approach in the public policy called Plano Brasil Sem Miséria, toward productive inclusion of family farmers. This work is performed in two territories of the Brazilian Semi-arid: *Alto Sertão de Sergipe* and *Agreste Alagoano*. The initiatives began in 2012 and intend to improve and diversify the production of foods of the communities for increasing the food security and income. The situation of family farmers was analyzed based on a systemic approach, evaluating production systems beside other dimensions of reality. Technological innovations were defined with families considering their experience and the local potentialities. It is observed in the socioeconomic and environmental characterization that agroecologi-

cal approach enhances the traditional knowledge and the experiences of technicians and family farmers. Other goals are participatory experimentation, exchange of experiences and construction of networks.

Keywords: public policies; family farming; agroecology; rural development

Introdução

O objetivo do Plano Brasil sem Miséria (PBSM) do governo federal é a superação da extrema pobreza no Brasil. Este plano é direcionado aos brasileiros que tem renda familiar de até R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa. De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão nessa situação 16,2 milhões de brasileiros.

O plano PBSM é, portanto, uma política social, de caráter redistributivo, que tem o objetivo de erradicar a miséria no Brasil por meio da inclusão social e produtiva da população-alvo com enfoque em tecnologias adequadas à sua realidade social, econômica, ambiental e cultural.

O problema da miséria no Brasil já vem sendo enfrentado há muito anos, seja com iniciativas pontuais ou setoriais. Grande mudança dos focos dos programas sociais ocorreu a partir de 2003, quando o governo federal definiu como prioridade a inclusão social criando vários programas para esse fim, como o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Territórios da Cidadania (BAUER; LOTTA; GALVÃO, 2012).

No meio rural onde se concentra 47% da população alvo do programa a prioridade é aumentar a produção de alimentos levando aos agricultores familiares assistência técnica e insumos que permitam que eles possam desenvolver seus próprios sistemas de produção de alimentos.

A análise de políticas de inclusão social e de combate à fome permite refletir de forma mais ampla sobre princípios e diretrizes para a formulação de políticas públicas efetivas. Uma das bases para a formulação de uma política de segurança alimentar é compreender que esse conceito vai além da produção e do acesso aos alimentos (SILVA; BELIK; TAKAGI, 2010).

Quando se pensa em promover políticas públicas para populações que vivem no meio rural a abordagem territorial surge com alternativa concreta na medida em que é necessário articular as políticas existentes e agregar outras para enfrentar os problemas, particularmente dos setores mais carentes. É necessário então envolver diferentes atores sociais (instituições, organizações e movimentos), para pensarem juntos o processo de desenvolvimento tendo como enfoque o território em suas diversas dimensões (LOPES; COSTA, 2010).

Em 2012 a Embrapa, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), iniciou diversas ações no PBSM para apoiar a inclusão produtiva de aproximadamente 93 mil famílias em 14 Territórios da Cidadania do Semiárido brasileiro (BELTRÃO, 2013).

A Embrapa Tabuleiros Costeiros é responsável pelas ações do PBSM nos estados de Alagoas e Sergipe sendo definidos dois territórios rurais como prioritários para o desenvolvimento de formas de intervenção junto às comunidades e grupos de agricultores familiares. Em Alagoas é escolhido o Território Agreste Alagoano (TAA) e em Sergipe o Território Alto Sertão Sergipano (TASS). Nesses territórios deveriam ser implementadas ações que permitissem a inclusão sócio-produtiva dos agricultores familiares.

O TAA é composto por 19 municípios com uma população de 676.407 habitantes. Estima-se que a população em extrema pobreza corresponda a 27% da população total do território. Os municípios que formam o território são: Arapiraca, Campo Grande, Coité do Noia, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Teotônio Vilela, Tanque D'arca e Traipu.

O TASS é constituído por seis municípios, a saber: Canindé do São Francisco, Gararu, Nossa Senhora da Glória, Monte Alegre de Sergipe, Poço Redondo e Porto da Folha. Com uma população de 119.300 habitantes, 57,3% residentes na zona rural, a agropecuária contribui com 32% do Produto Interno Bruto.

Como o plano PBSM pretende levar tecnologias adequadas à realidade social, econômica, ambiental e cultural do público-alvo é necessário promover a participação dos agricultores, desde o planejamento, no acompanhamento e na avaliação de métodos e conteúdos.

A Agroecologia, ciência multidisciplinar recorre a uma série de conceitos e princípios que nos permitem analisar, de forma sistêmica, a sustentabilidade dos agroecossistemas, entendidos como unidades geográficas e socioculturais, fundamentais para o estudo e planejamento do desenvolvimento rural sustentável. Dessa forma, é possível analisar a realidade rural além das dimensões econômicas, agrônômicas e tecnológicas, incorporando na análise variáveis sociais, ecológicas, culturais, políticas e éticas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para Guzmán (2001) é o desenvolvimento participativo de tecnologias agrícolas que permitirá que, fortalecendo a capacidade local de experimentação, adaptação e inovação dos próprios agricultores, se articulem conhecimentos locais e conhecimentos externos ampliando o acervo cultural de saberes de acordo com os valores específicos de cada comunidade. Assim os sistemas produtivos praticados pelos agricultores familiares são estudados de forma conjunta por técnicos e membros das famílias e novas técnicas e prá-

ticas são incorporadas sempre mobilizando o capital humano e os insumos locais, respeitando o conhecimento tradicional e a cultura das comunidades.

O objetivo desse artigo é analisar a efetividade da adoção de um enfoque agroecológico como estratégia para a operacionalização de uma política de inclusão produtiva de agricultores familiares, o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

Material e Métodos

O trabalho está sendo realizado em dois territórios da Cidadania do Nordeste brasileiro o Território Alto Sertão Sergipano (TASS) e o Território Agreste Alagoano (TAA). As ações tiveram início no ano de 2011. As etapas realizadas do projeto em execução foram: Constituição de Comitê Gestor Interinstitucional, Realização de reuniões de acompanhamento com calendário construído e validado com a equipe, construção e definição de estratégias de execução e análise e proposição do Projeto.

O Comitê Gestor é formado pelas instituições: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), Movimento Minha Terra (MMT), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) e Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), todas atuantes no Território Agreste Alagoano ou no Território do Alto Sertão Sergipano.

Foram realizadas “Oficinas de Conhecimento da Realidade Local” e “Oficina de Devolução e Encaminhamentos” nos municípios de Alagoas e de Sergipe que tiveram a participação das agricultoras e dos agricultores, técnicos e extensionistas. As abordagens metodológicas de caráter agroecológico e etnográfico utilizadas referiram-se ao diálogo, entrevistas, auto apresentações, depoimentos, troca de experiências, desenhos e mapas dos sistemas produtivos locais e reflexões sobre suas realidades e expectativas.

Foi então programado e realizado nos municípios o Planejamento Participativo para a implantação das Unidades de Experimentação (UE) utilizando-se da construção de mapas dos sistemas de produção local, representação dos arranjos produtivos; caminhada transversal para observação da paisagem e dos sistemas de produção, reconhecimento e escolha do local das UEs; e por fim, a identificação de possibilidades de arranjos produtivos para as UEs, de acordo com o interesse das agricultoras e dos agricultores.

As implantações ocorreram no mês de julho de 2013, com a participação de técnicos, extensionistas e os Grupos de Interesses (GI) das comunidades locais. A partir do planejamento inicial foram realizados alguns ajustes, devido especificidades locais e características de cada um dos Grupos de Interesse de cada comunidade do Território.

A definição do calendário para montagem coletiva das UEs e a definição dos arranjos produtivos foi realizada considerando a temática priorizada pelos agricultores. Além disso, deu-se prioridade aos arranjos diversificados e integrados onde a criação de pequenos animais fosse consorciada com a produção das culturas vegetais. Os sistemas foram planejados para promover a reciclagem de materiais e o mínimo de custos para produção. Foram utilizadas sementes de variedades com maior rusticidade e adaptação às condições climáticas locais. Cada Grupo de Interesse (GI) foi constituído, em média por quinze agricultoras e agricultores multiplicadores em cada município.

Resultados e Discussão

A abordagem agroecológica leva a que o diagnóstico da realidade ambiental e socioeconômica das famílias e das comunidades rurais seja feito valorizando os conhecimentos tradicionais, a cultura e as experiências anteriores dos agricultores, de suas famílias e dos técnicos envolvidos no projeto.

As estratégias metodológicas participativas permitiram a identificação dos sistemas de produção e as rotinas dos produtores, o reconhecimento de experiências agroecológicas, a participação da mulher e do jovem, bem como, o conhecimento das principais demandas e necessidades das famílias bem como o interesse de cada um em participar da implantação das Unidades de Experimentação e de fazer parte dos Grupos de Interesse.

No Planejamento das UEs foram priorizados os temas de referência para a construção de sistemas de produção consorciados, identificados voluntários para compor os Grupos de Interesse. Foi ainda realizada visita às propriedades dos voluntários para sistematização de informações da realidade local. Durante todos os encontros realizados entre a equipe do projeto, os técnicos e os agricultores foram vivenciados momentos de troca de experiências e conhecimentos, fortalecendo e valorizando o saber fazer e a cultura local a partir de um ambiente de ensino aprendizagem coletivo onde todos aprendem e todos ensinam.

Conclusões

A partir dos resultados do presente trabalho foi evidenciado que a abordagem agroecológica permitiu a construção de um ambiente de convivência que valoriza os conhecimentos dos agricultores familiares e a partir da contribuição dos técnicos o desenho de sistemas de produção consorciados que envolvem a produção animal e de diferentes culturas vegetais. Os Grupos de Interesse são formados e passam a desempenhar importante papel no compartilhamento de experiências e no acompanhamento, discussão e avaliação dos resultados alcançados por todos os membros do grupo nas Unidades de Experimentação e também em suas próprias áreas de produção.

Os resultados já alcançados e as perspectivas de avanço dos agricultores no desenvolvimento de sistemas de produção mais sustentáveis são frutos de uma reflexão sobre todas as dimensões que afetam suas vidas. O permanente acompanhamento da evolução das condições fundiárias, agrícolas, econômicas, ecológicas e socioculturais da comunidade permitirá potencializar seu desenvolvimento endógeno tendo como base os princípios agroecológicos.

Referências

BAUER, M; LOTTA, G; GALVÃO, M. C. **Programa Brasil sem Miséria**: análise das fases de planejamento e implementação. XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Cartagena, Colombia. Nov. 2012.

BELTRÃO, S. Parceria para reduzir a fome no Semiárido. In: **Folha da Embrapa**, Brasília, a. 21, n. 169, p. 5-8, mar. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, abr/jun. 2002.

GUZMÁN, E. S. Uma Estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre. v. 2, n. 1. p. 35-45. jan/mar. 2001.

LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. Contradições, avanços e desafios na formação dos territórios rurais do Alto Sertão Sergipano e Agreste de Alagoas. In: LOPES, E. S. A.; COSTA, J. E. **Territórios rurais e agricultura familiar no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p. 11-44.

SILVA, J. G. da; BELIK, W.; TAKAGI, M. Sugestões para a formulação de uma política de segurança alimentar na América Latina. In: SILVA, J. G. da; GROSSI, M. E. del; FRANÇA, C. G. **Fome Zero**: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010. p. 317-355.